



As Comissão Técnicas

Sector Legislativo CMRB

Em 03 / 04 / 2018

DATA:

03 de abril de 2018

NATUREZA

Relatório Resumido da
Execução Orçamentária

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Ofício nº80/GAPRE/2018, que encaminha a esta Casa o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 1º Bimestre de 2018.

VEREADOR (A)
Pro. Hugo Farias
PARA EMITIR PARECER
EM: 11 / 04 / 2018

Eduardo Farias
Eduardo Farias
Vereador - PC do B

A PROCURADORIA GERAL PARA

EMITIR PARECER JURÍDICO

EM: 11 / 04 / 18

Rodrigo Forneck
Rodrigo Forneck
Vereador - PT

*Lido para conhecimento dos
Parlamentares na 72 Sessão
Ordinária 23/08/2018*

Manuel Marcos
Manuel Marcos
Presidente
Câmara Municipal de Rio Branco

À(s) Comissão(ões)
<u>Finanças</u>
Em <u>03/04/18</u>
Presidente CMRB

Ofício nº 80 /GAPRE/2018

Rio Branco, 19 de março de 2018.

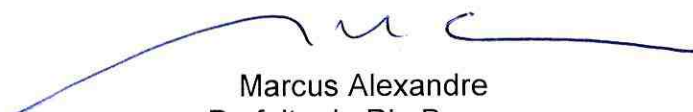
A Sua Excelência o Senhor
Vereador Manuel Marcos
Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco

Assunto: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 1º Bimestre de 2018.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, na forma disposta na Resolução TCE/AC Nº 61/2007 alterada pela Resolução TCE/AC nº 89/2014, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 1º Bimestre de 2018 deste Poder, devidamente publicado no Diário Eletrônico de Contas.

Atenciosamente.


Marcus Alexandre
Prefeito de Rio Branco



PROTOCOLO GERAL
Processo / CMRB Nº 463
Em: 28/03/18
Zilak B. de Lima

contador à época e o atual Prefeito. Encaminhamento de cópia da decisão ao Ministério Público do Estado do Acre, Cons. Regional de Contabilidade, Cons. Municipal do MDE e do FUNDEB. Encaminhamento de Parecer Prévio a Câmara Municipal de Manoel Urbano.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, para dar cumprimento ao disposto no art. 23, § 1º, da Constituição Estadual, apreciou os autos do **Processo nº 21.853.2016-01** e, após exame dos documentos que instruíram o feito, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira Relatora Naluh Maria Lima Gouveia, e, ainda:

Considerando a não comprovação por meio de extratos bancários e conciliações de R\$ 404.238,51 referente ao saldo que se transfere para o exercício seguinte;

Considerando que o Município não atingiu o mínimo anual de 25% com o MDE, descumprindo o art. 212 da CF/88;

Considerando que os limites máximos do Município (60%) e do Poder Executivo Municipal (54%) para gastos com pessoal foram ultrapassados; Considerando que a Prefeitura não constituiu Sistema de Controle Interno estando em desacordo com o art. 64 da Constituição Estadual, arts.31 e 70 da CF e Resolução TCE/AC nº 76/2012;

Considerando que a área técnica não pode confirmar se os subsídios dos Agentes Políticos foram pagos conforme estabelecido em Lei, porque não houve o encaminhamento da ficha financeira individual de cada agente político;

Considerando as inconsistências entre os valores dos contratos e valores empenhados para os mesmos contratos;

Considerando que houve contratações e aquisições sem processo Licitatório e sem a apresentação de sua motivação que totalizaram R\$ 1.236.619,86, havendo descumprimento dos arts. 22, 23, 24 e 25 da Lei 8.666/93;

Considerando que o Demonstrativo das Concessões de Diárias não apresentou todas as informações exigidas, devendo devolver o valor total R\$ 104.410,00;

Considerando as inconsistências entre o Demonstrativo de Concessão de Recursos e empenhos, onde a Prefeitura concedeu R\$ 105.341,56 em recursos a outras instituições e não apresentou justificativas para tais as transferências;

Considerando que houve divergência entre empenho "Obras e Instalações" com o valor apresentado no Demonstrativo de Obras Contratadas;

Considerando tudo mais que dos autos constam;

Resolve emitir **Parecer Prévio** considerando **IRREGULARES** as Contas de governo da Prefeitura Municipal de Manoel Urbano - Acre, exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. Ale Anute Silva, Prefeito Municipal com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 038/1993, artigo 51, inciso III, 'b' e 'c', em face das falhas e irregularidades acima elencadas, e pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Manoel Urbano para o seu julgamento, de acordo com o ordenamento constitucional.

Rio Branco, 08 de fevereiro de 2018.

Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

Presidente do TCE/AC, interino

Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora

Conselheiro José Augusto Araújo de Faria

Conselheiro Antonio Jorge Malheiro

Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo

Fui presente:

Sérgio Cunha Mendonça

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 82/2018

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Poder Executivo, referente ao 1º Bimestre de 2018, em cumprimento à Lei Complementar Federal nº 101/2000, arts. 52 e 53 e à Resolução TCE/AC nº 061/2007, alterada pela Resolução TCE/AC nº 89/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, EM 19 DE MARÇO DE 2018.

Marcus Alexandre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	779.447.448,00	779.511.942,74	140.439.674,28	18,02	140.439.674,28	18,02	639.072.268,46
RECEITAS CORRENTES	725.064.954,00	725.129.448,74	136.583.235,19	18,84	136.583.235,19	18,84	588.546.213,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	122.713.195,00	122.713.195,00	21.615.404,25	17,61	21.615.404,25	17,61	101.097.790,75
Impostos	118.494.676,00	118.494.676,00	20.332.155,85	17,16	20.332.155,85	17,16	98.162.520,15
Taxas	4.218.519,00	4.218.519,00	1.283.248,40	30,42	1.283.248,40	30,42	2.935.270,60
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	28.014.083,00	28.014.083,00	5.342.213,04	19,07	5.342.213,04	19,07	22.671.869,96
Contribuições Sociais	15.166.620,00	15.166.620,00	2.745.355,93	18,10	2.745.355,93	18,10	12.421.264,07
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	12.847.463,00	12.847.463,00	2.596.857,11	20,21	2.596.857,11	20,21	10.250.605,89
RECEITA PATRIMONIAL	31.660.429,00	31.660.429,00	7.727.948,93	24,41	7.727.948,93	24,41	23.932.480,07
Receitas Imobiliárias	798.298,00	798.298,00	316.834,63	39,69	316.834,63	39,69	481.463,37
Receitas de Valores Mobiliários	28.908.200,00	28.908.200,00	7.217.365,93	24,97	7.217.365,93	24,97	21.690.834,07
Receita de Concessões e Permissões	1.953.931,00	1.953.931,00	193.748,37	9,92	193.748,37	9,92	1.760.182,63
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	25.000.000,00	25.000.000,00	2.771.717,66	11,09	2.771.717,66	11,09	22.228.282,34
Receita da Indústria Extrativa de Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	8.112.528,00	8.112.528,00	1.085.351,86	13,38	1.085.351,86	13,38	7.027.176,14
RECEITA DE SERVIÇOS	501.345.645,00	501.410.139,74	96.586.244,10	19,26	96.586.244,10	19,26	404.823.895,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	482.215.971,00	482.280.465,74	94.129.304,68	19,52	94.129.304,68	19,52	388.151.161,06
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	19.129.674,00	19.129.674,00	2.456.939,42	12,84	2.456.939,42	12,84	16.672.734,58
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	8.219.074,00	8.219.074,00	1.454.355,35	17,69	1.454.355,35	17,69	6.764.718,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	350.482,00	350.482,00	156.354,15	44,61	156.354,15	44,61	194.127,85
Multas e Juros de Mora	2.000,00	2.000,00	656.610,60	32,830	656.610,60	32,830	-654.610,60
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Anual do RPPS	7.866.592,00	7.866.592,00	641.390,60	8,15	641.390,60	8,15	7.225.201,40
Receitas Correntes Diversas	54.382.494,00	54.382.494,00	3.856.439,09	7,09	3.856.439,09	7,09	50.526.054,91
RECEITAS DE CAPITAL							

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.922.601,00	34.922.601,00	128.126,14	0,37	128.126,14	0,37	34.794.474,86
Operações de Crédito Internas	34.922.601,00	34.922.601,00	128.126,14	0,37	128.126,14	0,37	34.794.474,86
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.459.893,00	19.459.893,00	3.728.312,95	19,16	3.728.312,95	19,16	15.731.580,05
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Av. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Capital Diversos	24.869.360,00	24.869.360,00	7.179.003,21	28,87	7.179.003,21	28,87	17.690.356,79
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	804.316.808,00	804.316.808,00	147.618.677,49	18,35	147.618.677,49	18,35	656.762.625,25
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	804.316.808,00	804.316.808,00	147.618.677,49	18,35	147.618.677,49	18,35	656.762.625,25
DEFEITO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	804.316.808,00	804.316.808,00	147.618.677,49	18,35	147.618.677,49	18,35	656.762.625,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	4.206.588,11	0,00	0,00	4.206.588,11	100,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	4.206.588,11	0,00	0,00	4.206.588,11	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS							
DOTAÇÃO INICIAL (d)							
DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	771.654.124,00	171.533.115,80	604.352.091,05	99,253	99.253.946,20	99,253	676.671.260,85
DESPESAS CORRENTES	645.445.264,00	159.354.009,45	489.066.669,86	92,590	92.590.648,91	92,590	555.830.030,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	357.120.165,00	54.277.732,97	293.658.916,54	53,955	53.955.129,61	53,955	293.981.519,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.964.190,00	1.843.006,07	11.121.183,93	1,342	1.342.390,98	1,342	1.342.390,98

Continua (2/3)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.360.908,00	287.519.839,80	103.233.270,41	103.233.270,41	184.286.569,39	37.293.128,32	37.293.128,32	250.226.711,48	35.638.313,16
DESPESAS DE CAPITAL	97.981.663,00	99.277.330,54	12.178.106,35	12.178.106,35	87.098.224,19	6.663.297,29	6.663.297,29	92.614.033,25	6.661.894,96
INVESTIMENTOS	46.627.014,00	49.278.542,97	9.541.580,62	9.541.580,62	39.737.962,35	4.988.284,24	4.988.284,24	44.291.258,73	4.986.881,91
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.100,00	5.100,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	51.349.549,00	49.992.687,57	2.637.525,73	2.637.525,73	47.355.161,84	1.675.013,05	1.675.013,05	48.317.674,52	1.675.013,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.215.698,00	1.215.698,00	0,00	0,00	1.215.698,00	0,00	0,00	1.215.698,00	0,00
RESERVA DO RPPS	27.011.499,00	27.011.499,00	0,00	0,00	27.011.499,00	0,00	0,00	27.011.499,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)	32.662.684,00	32.662.684,00	5.934.428,88	5.934.428,88	26.728.255,12	5.063.595,20	5.063.595,20	27.599.088,80	5.035.326,55
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX)	804.316.808,00	808.587.890,85	177.467.544,68	177.467.544,68	631.120.346,17	104.317.541,40	104.317.541,40	704.270.349,45	102.239.728,62
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XIII) = (X + XII)	804.316.808,00	808.587.890,85	177.467.544,68	177.467.544,68	631.120.346,17	104.317.541,40	104.317.541,40	704.270.349,45	102.239.728,62
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XIII + XIII)	804.316.808,00	808.587.890,85	177.467.544,68	177.467.544,68	631.120.346,17	104.317.541,40	104.317.541,40	704.270.349,45	102.239.728,62

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	
RECEITAS CORRENTES	24.869.360,00	24.869.360,00	7.179.003,21	28,87	17.690.356,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.869.360,00	24.869.360,00	7.179.003,21	28,87	17.690.356,79
TOTAL	24.869.360,00	24.869.360,00	7.179.003,21	28,87	17.690.356,79

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	32.662.684,00	32.662.684,00	5.934.428,88	5.934.428,88	26.728.255,12	5.063.595,20	5.063.595,20	27.599.088,80	5.035.326,55
DESPESAS DE CAPITAL	32.662.684,00	32.662.684,00	5.934.428,88	5.934.428,88	26.728.255,12	5.063.595,20	5.063.595,20	27.599.088,80	5.035.326,55
DESPESAS DE CONTRIBUIÇÕES	32.662.684,00	32.662.684,00	5.934.428,88	5.934.428,88	26.728.255,12	5.063.595,20	5.063.595,20	27.599.088,80	5.035.326,55
TOTAL	32.662.684,00	32.662.684,00	5.934.428,88	5.934.428,88	26.728.255,12	5.063.595,20	5.063.595,20	27.599.088,80	5.035.326,55

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 22/03/2018 e hora de emissão 19:30:33

Nota: Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/1964.

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcos Casado Macedo
Secretário Mun. de Desenv.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC-001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

R\$ 1,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/total b)		% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
01 - Legislativa	771.654.124,00	775.925.206,85	171.533.115,80	171.533.115,80	100,00	99.253.946,20	99.253.946,20	676.671.260,65
01.031 - Ação Legislativa	25.520.001,00	26.126.862,43	7.003.391,97	7.003.391,97	4,08	3.560.330,20	3.560.330,20	22.566.532,23
03 - Essencial à Justiça	25.520.001,00	26.126.862,43	7.003.391,97	7.003.391,97	4,08	3.560.330,20	3.560.330,20	22.566.532,23
03.091 - Defesa da Ordem Jurídica	44.274.776,00	44.274.776,00	2.583.747,18	2.583.747,18	1,51	1.798.053,45	1.798.053,45	42.476.722,55
03.091.1 - Defesa da Ordem Jurídica	36.676.676,00	36.676.676,00	973.378,34	973.378,34	0,57	187.684,61	187.684,61	36.488.991,39
03.091.1.1 - Defesa da Ordem Jurídica	7.598.100,00	7.598.100,00	1.610.368,84	1.610.368,84	0,94	1.610.368,84	1.610.368,84	5.987.731,16
03.091.1.1.1 - Defesa da Ordem Jurídica	95.503.630,00	95.503.630,00	29.704.837,90	29.704.837,90	17,32	13.022.635,15	13.022.635,15	85.044.467,75
03.091.1.1.1.1 - Defesa da Ordem Jurídica	177.037,00	177.037,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.037,00
04 - Administração	177.037,00	177.037,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.037,00
04.121 - Planejamento e Orçamento	85.840.587,00	88.404.059,90	21.068.128,01	21.068.128,01	12,28	12.108.335,21	12.108.335,21	76.295.724,69
04.122 - Administração Geral	1.341.003,00	1.341.003,00	536.709,89	536.709,89	0,31	41.026,88	41.026,88	1.299.976,12
04.123 - Administração Financeira	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
04.124 - Controle Interno	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
04.126 - Tecnologia da Informação	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
04.131 - Comunicação Social	8.100.000,00	8.100.000,00	8.100.000,00	8.100.000,00	4,72	873.273,06	873.273,06	7.226.726,94
04.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.631.878,00	3.631.878,00	613.175,75	613.175,75	0,36	372.213,25	372.213,25	3.259.664,75
06 - Segurança Pública	2.332.750,00	2.332.750,00	344.795,69	344.795,69	0,20	344.795,69	344.795,69	1.987.954,31
06.122 - Administração Geral	1.257.600,00	1.257.600,00	264.550,00	264.550,00	0,15	23.587,50	23.587,50	1.234.012,50
06.181 - Policiamento	41.528,00	41.528,00	3.830,06	3.830,06	0,02	3.830,06	3.830,06	37.697,94
06.182 - Defesa Civil	21.123.741,00	21.123.741,00	4.425.266,97	4.425.266,97	2,58	2.377.183,95	2.377.183,95	18.743.744,30
08 - Assistência Social	8.150.600,00	8.150.600,00	1.280.212,17	1.280.212,17	0,75	1.193.947,44	1.193.947,44	6.956.652,56
08.122 - Administração Geral	1.220.000,00	1.220.000,00	156.120,66	156.120,66	0,09	120.120,66	120.120,66	1.119.879,34
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	11.345.141,00	11.322.328,25	2.988.934,14	2.988.934,14	1,74	1.063.115,85	1.063.115,85	10.259.212,40
08.244 - Assistência Comunitária	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
08.361 - Ensino Fundamental	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
08.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	39.679.434,00	39.679.434,00	5.004.246,54	5.004.246,54	2,92	4.715.078,67	4.715.078,67	34.964.355,33
09 - Previdência Social	39.679.434,00	39.679.434,00	5.004.246,54	5.004.246,54	2,92	4.715.078,67	4.715.078,67	34.964.355,33
09.272 - Previdência do Regime Estatutário	114.503.984,00	115.003.984,00	24.265.946,82	24.265.946,82	14,15	15.704.382,03	15.704.382,03	99.299.601,97
10 - Saúde	94.752.954,00	95.730.574,52	21.047.955,87	21.047.955,87	12,27	14.216.622,60	14.216.622,60	81.513.951,92
10.301 - Atenção Básica	3.216.321,00	3.216.321,00	1.031.059,60	1.031.059,60	0,60	406.750,74	406.750,74	2.809.570,26
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.089.708,00	8.089.708,00	853.403,00	853.403,00	0,50	257.998,14	257.998,14	7.831.709,86
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	8.385.001,00	8.385.001,00	1.333.528,35	1.333.528,35	0,78	823.010,55	823.010,55	7.561.990,45
10.305 - Vigilância Epidemiológica	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
10.306 - Alimentação e Nutrição	2.804.003,00	2.804.003,00	233.956,20	233.956,20	0,14	233.956,20	233.956,20	2.570.046,80
11 - Trabalho	2.343.003,00	2.343.003,00	233.956,20	233.956,20	0,14	233.956,20	233.956,20	2.109.046,80
11.334 - Fomento ao Trabalho	461.000,00	461.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	461.000,00
11.692 - Comercialização	136.951.288,00	136.920.481,42	19.884.194,80	19.884.194,80	11,59	17.731.579,80	17.731.579,80	119.188.901,62
12 - Educação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
12.122 - Administração Geral								

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
12.361 - Ensino Fundamental	45.722.351,00	45.821.547,75	6.670.705,94	6.670.705,94	3,89	39.150.941,81	6.303.113,64	6.303.113,64	6,35	39.518.534,11
12.365 - Educação Infantil	90.964.893,00	90.931.976,92	13.213.488,86	13.213.488,86	7,70	77.618.483,06	11.428.466,16	11.428.466,16	11,51	79.403.510,76
12.366 - Educação de Jovens e Adultos	244.044,00	246.856,75	0,00	0,00	0,00	246.856,75	0,00	0,00	0,00	246.856,75
13 - Cultura	3.680.013,00	3.544.956,20	838.461,40	838.461,40	0,49	2.706.494,80	593.955,40	593.955,40	0,60	2.951.000,80
13.122 - Administração Geral	1.100.000,00	1.100.000,00	289.183,15	289.183,15	0,17	810.816,85	289.183,15	289.183,15	0,29	810.816,85
13.392 - Difusão Cultural	2.580.013,00	2.444.956,20	549.278,25	549.278,25	0,32	1.895.677,95	304.772,25	304.772,25	0,31	2.140.183,95
14 - Direitos da Cidadania	3.961.574,00	4.081.574,00	514.108,37	514.108,37	0,30	3.547.465,63	499.096,37	499.096,37	0,50	3.562.477,63
14.122 - Administração Geral	3.035.050,00	3.035.050,00	476.629,95	476.629,95	0,28	2.558.420,05	476.629,95	476.629,95	0,48	2.558.420,05
14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	926.524,00	1.026.524,00	37.478,42	37.478,42	0,02	989.045,58	22.466,42	22.466,42	0,02	1.004.057,58
15 - Urbanismo	152.155.881,00	153.352.167,08	48.891.790,61	48.891.790,61	28,50	104.460.376,47	23.177.903,68	23.177.903,68	23,35	130.174.263,40
15.122 - Administração Geral	23.025.992,00	23.025.992,00	3.495.847,94	3.495.847,94	2,04	19.530.144,06	3.495.847,94	3.495.847,94	3,52	19.530.144,06
15.451 - Infra-Estrutura Urbana	88.697.756,00	89.894.042,08	35.127.042,40	35.127.042,40	20,48	54.766.999,68	12.506.828,26	12.506.828,26	12,60	77.387.213,82
15.452 - Serviços Urbanos	39.941.487,00	39.941.487,00	10.209.491,35	10.209.491,35	5,95	29.731.995,65	7.160.375,25	7.160.375,25	7,21	32.781.111,75
15.453 - Transportes Coletivos Urbanos	400.646,00	400.646,00	59.408,92	59.408,92	0,03	341.237,08	14.852,23	14.852,23	0,02	385.793,77
15.512 - Saneamento Básico Urbano	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
16 - Habitação	697.081,00	877.081,00	6.108,08	6.108,08	0,00	870.972,92	0,00	0,00	0,00	877.081,00
16.451 - Infra-Estrutura Urbana	55.040,00	55.040,00	0,00	0,00	0,00	55.040,00	0,00	0,00	0,00	55.040,00
16.482 - Habitação Urbana	642.041,00	822.041,00	6.108,08	6.108,08	0,00	815.932,92	0,00	0,00	0,00	822.041,00
17 - Saneamento	10.960.383,00	10.960.383,00	5.459.041,60	5.459.041,60	3,18	5.501.341,40	3.048.498,06	3.048.498,06	3,07	7.911.884,94
17.122 - Administração Geral	10.960.383,00	10.960.383,00	5.459.041,60	5.459.041,60	3,18	5.501.341,40	3.048.498,06	3.048.498,06	3,07	7.911.884,94
18 - Gestão Ambiental	27.389.055,00	27.389.055,00	9.322.720,73	9.322.720,73	5,43	18.066.338,27	5.077.819,98	5.077.819,98	5,12	22.311.239,02
18.122 - Administração Geral	7.221.387,00	7.221.387,00	1.982.967,84	1.982.967,84	1,16	5.238.419,16	1.284.532,08	1.284.532,08	1,29	5.936.854,92
18.452 - Serviços Urbanos	18.173.661,00	18.173.661,00	7.134.758,59	7.134.758,59	4,18	11.038.902,41	3.701.388,07	3.701.388,07	3,73	14.472.272,93
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
18.542 - Controle Ambiental	1.644.011,00	1.644.011,00	204.994,30	204.994,30	0,12	1.439.016,70	91.899,83	91.899,83	0,09	1.552.111,17
19 - Ciência e Tecnologia	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
19.126 - Tecnologia da Informação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
20 - Agricultura	16.918.908,00	16.918.908,00	4.751.151,41	4.751.151,41	2,77	12.167.756,59	3.038.673,70	3.038.673,70	3,06	13.880.234,30
20.122 - Administração Geral	4.903.455,00	4.903.455,00	790.351,73	790.351,73	0,46	4.113.103,27	790.351,73	790.351,73	0,80	4.113.103,27
20.602 - Promoção da produção Animal	1.218.620,00	1.218.620,00	0,00	0,00	0,00	1.218.620,00	0,00	0,00	0,00	1.218.620,00
20.605 - Abastecimento	10.798.833,00	10.798.833,00	3.960.799,68	3.960.799,68	2,31	6.838.033,32	2.248.321,97	2.248.321,97	2,27	8.548.511,03
26 - Transporte	18.852.649,00	16.852.649,00	4.793.215,62	4.793.215,62	2,79	12.059.433,38	1.397.865,92	1.397.865,92	1,41	15.454.783,08
26.452 - Serviços Urbanos	1.140.800,00	1.140.800,00	325.600,00	325.600,00	0,19	815.200,00	71.430,48	71.430,48	0,07	1.069.369,52
26.453 - Transportes Coletivos Urbanos	15.696.849,00	15.696.849,00	4.467.615,62	4.467.615,62	2,80	11.229.233,38	1.326.435,44	1.326.435,44	1,34	14.370.413,56
26.782 - Transporte Rodoviário	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
27 - Desporto e lazer	5.034.831,00	4.934.831,00	665.613,41	665.613,41	0,39	4.269.217,59	332.579,95	332.579,95	0,34	4.602.251,05

Continua (23)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)			
27.122 - Administração Geral	1.333.000,00	1.333.000,00	203.295,54	203.295,54	0,12	203.295,54	203.295,54	0,20	1.129.704,46	203.295,54	203.295,54	0,20	1.129.704,46		
27.811 - Desporto de Rendimento	16.993,00	31.930,71	10.000,00	10.000,00	0,01	21.930,71	0,00	0,00	21.930,71	129.284,41	129.284,41	0,13	31.930,71		
27.812 - Desporto Comunitário	3.684.838,00	3.569.900,29	452.317,87	452.317,87	0,26	3.117.582,42	2.572.140,44	2,59	3.117.582,42	2.572.140,44	2.572.140,44	2,59	3.440.615,88		
28 - Encargos Especiais	23.333.000,00	22.726.138,57	2.572.140,44	2.572.140,44	1,50	20.153.998,13	2.572.140,44	2,58	20.153.998,13	2.572.140,44	2.572.140,44	2,58	20.153.998,13		
28.843 - Serviço da Dívida Interna	23.333.000,00	22.726.138,57	2.572.140,44	2.572.140,44	1,50	20.153.998,13	2.572.140,44	2,58	20.153.998,13	2.572.140,44	2.572.140,44	2,58	20.153.998,13		
99 - Reserva de Contingência	26.648.010,00	26.648.010,00	0,00	0,00	0,00	26.648.010,00	0,00	0,00	26.648.010,00	0,00	0,00	0,00	26.648.010,00		
99.997 - Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS	25.432.312,00	25.432.312,00	0,00	0,00	0,00	25.432.312,00	0,00	0,00	25.432.312,00	0,00	0,00	0,00	25.432.312,00		
99.999 - Reserva de Contingência	1.215.698,00	1.215.698,00	0,00	0,00	0,00	1.215.698,00	0,00	0,00	1.215.698,00	0,00	0,00	0,00	1.215.698,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	32.662.684,00	32.662.684,00	5.934.428,88	5.934.428,88	100,00	26.728.255,12	5.063.595,20	100,00	26.728.255,12	5.063.595,20	5.063.595,20	100,00	27.599.088,80		
TOTAL (III) = (I + II)	804.316.808,00	808.587.890,85	177.467.544,68	177.467.544,68	100,00	631.120.346,17	104.317.541,40	100,00	631.120.346,17	104.317.541,40	104.317.541,40	100,00	704.270.349,45		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	32.662.684,00	32.662.684,00	5.934.428,88	5.934.428,88	100,00	26.728.255,12	5.063.595,20	100,00	26.728.255,12	5.063.595,20	5.063.595,20	100,00	27.599.088,80		
01 - Legislativa	816.000,00	816.000,00	163.694,72	163.694,72	2,76	652.305,28	163.694,72	3,23	652.305,28	163.694,72	163.694,72	3,23	652.305,28		
01.031 - Ação Legislativa	816.000,00	816.000,00	163.694,72	163.694,72	2,76	652.305,28	163.694,72	3,23	652.305,28	163.694,72	163.694,72	3,23	652.305,28		
04 - Administração	9.748.151,00	9.748.151,00	1.978.428,13	1.978.428,13	33,34	7.769.722,87	1.977.228,69	39,05	7.769.722,87	1.977.228,69	1.977.228,69	39,05	7.770.922,31		
04.122 - Administração Geral	9.748.151,00	9.748.151,00	1.978.428,13	1.978.428,13	33,34	7.769.722,87	1.977.228,69	39,05	7.769.722,87	1.977.228,69	1.977.228,69	39,05	7.770.922,31		
10 - Saúde	8.795.533,00	8.795.533,00	782.904,83	782.904,83	13,19	8.012.628,17	782.904,83	15,46	8.012.628,17	782.904,83	782.904,83	15,46	8.012.628,17		
10.301 - Atenção Básica	8.795.533,00	8.795.533,00	782.904,83	782.904,83	13,19	8.012.628,17	782.904,83	15,46	8.012.628,17	782.904,83	782.904,83	15,46	8.012.628,17		
12 - Educação	11.760.000,00	11.760.000,00	1.912.979,75	1.912.979,75	32,24	9.847.020,25	1.912.979,75	37,78	9.847.020,25	1.912.979,75	1.912.979,75	37,78	9.847.020,25		
12.361 - Ensino Fundamental	5.150.000,00	5.150.000,00	909.472,22	909.472,22	15,33	4.240.527,78	909.472,22	17,96	4.240.527,78	909.472,22	909.472,22	17,96	4.240.527,78		
12.365 - Educação Infantil	6.610.000,00	6.610.000,00	1.003.507,53	1.003.507,53	16,91	5.606.492,47	1.003.507,53	19,82	5.606.492,47	1.003.507,53	1.003.507,53	19,82	5.606.492,47		
13 - Cultura	50.000,00	50.000,00	4.967,46	4.967,46	0,08	45.032,54	4.967,46	0,10	45.032,54	4.967,46	4.967,46	0,10	45.032,54		
13.122 - Administração Geral	50.000,00	50.000,00	4.967,46	4.967,46	0,08	45.032,54	4.967,46	0,10	45.032,54	4.967,46	4.967,46	0,10	45.032,54		
17 - Saneamento	1.073.000,00	1.073.000,00	1.055.944,32	1.055.944,32	17,79	17.055,68	186.310,08	3,68	17.055,68	186.310,08	186.310,08	3,68	886.689,92		
17.122 - Administração Geral	1.073.000,00	1.073.000,00	1.055.944,32	1.055.944,32	17,79	17.055,68	186.310,08	3,68	17.055,68	186.310,08	186.310,08	3,68	886.689,92		
26 - Transporte	420.000,00	420.000,00	35.509,67	35.509,67	0,60	384.490,33	35.509,67	0,70	384.490,33	35.509,67	35.509,67	0,70	384.490,33		
26.453 - Transportes Coletivos Urbanos	420.000,00	420.000,00	35.509,67	35.509,67	0,60	384.490,33	35.509,67	0,70	384.490,33	35.509,67	35.509,67	0,70	384.490,33		
TOTAL	32.662.684,00	32.662.684,00	5.934.428,88	5.934.428,88	100,00	26.728.255,12	5.063.595,20	100,00	26.728.255,12	5.063.595,20	5.063.595,20	100,00	27.599.088,80		

Fone: Sistema WebPublico, Data de emissão 22/03/2018 e hora de emissão 18:55:07

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcos Alexandre
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 00164090-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2017 A FEVEREIRO/2018

R\$ 1,00

RREO - Anexo 3 (LRF - Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	MAR/2017	ABR/2017	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	63.444.998,63	67.521.734,28	65.863.208,62	66.936.621,19	74.820.176,75	85.100.478,68	58.890.067,19	61.453.037,33	58.347.359,01	95.873.898,49	72.781.679,90	81.361.105,84	813.744.654,74
Recita Tributária	10.241.638,54	14.392.846,47	10.513.002,06	10.142.278,04	9.913.224,90	9.664.809,31	7.813.443,86	9.059.462,15	8.685.768,83	12.875.479,58	10.658.432,27	10.956.971,98	122.713.195,00
IPTU	1.537.889,22	8.189.118,41	1.669.631,22	1.680.489,34	1.516.110,40	1.402.612,75	299.231,48	315.247,03	258.974,43	251.185,04	1.234.998,07	1.226.745,70	22.042.873,00
IPTU	5.347.310,73	5.186.332,67	5.834.997,88	5.369.839,15	6.145.591,25	5.732.910,83	5.757.673,20	6.277.351,00	6.467.693,44	8.867.046,94	6.334.368,49	7.518.847,03	76.145.735,00
ISS	496.691,69	315.684,20	481.367,71	496.760,78	474.161,73	593.113,82	353.501,42	485.976,96	328.927,06	512.891,14	418.859,83	248.377,54	4.730.174,00
ITBI	2.478.317,60	371.541,51	2.171.935,66	2.370.680,29	1.527.458,86	1.690.415,37	1.226.937,45	1.840.125,18	1.478.091,28	3.064.639,50	1.750.195,56	1.499.765,53	15.571.894,00
IRRF	381.429,10	329.861,68	355.169,73	244.498,47	249.902,66	256.556,54	176.100,31	140.761,98	151.082,62	179.716,96	920.009,22	3.747.326,45	4.216.519,00
Outras Receitas Tributárias	2.479.617,39	1.963.142,71	3.029.371,87	3.109.885,43	3.442.751,98	1.748.921,16	2.353.405,66	3.330.791,03	2.487.392,30	4.602.172,61	2.929.433,91	2.740.845,22	33.899.665,18
Recita de Contribuições	4.215.436,35	2.222.780,60	1.139.202,72	2.228.413,96	8.331.155,48	4.536.121,93	3.341.627,49	1.724.977,93	924.279,66	4.062.782,07	4.987.103,71	2.412.779,13	40.464.727,12
Recita Patrimonial	2.827.648,31	2.020.957,47	1.667.274,10	1.722.022,74	1.328.782,02	1.704.049,01	989.235,82	2.211.472,74	2.370.308,80	4.398.705,03	785.855,80	1.985.861,86	24.012.173,70
Recita Industrial	694.980,06	2.805.905,23	727.634,29	826.902,57	555.018,92	535.956,96	171.991,14	174.536,60	153.946,89	171.343,34	555.632,02	52.344.948,58	7.707.567,86
Recita de Serviços	41.235.590,95	42.967.123,04	47.410.244,79	47.542.604,82	49.916.741,30	45.602.299,12	41.101.293,54	43.175.736,72	41.224.057,77	65.653.707,42	52.344.948,58	32.765.410,08	271.514.392,35
Transferências Correntes	16.827.323,35	20.281.026,35	22.593.412,13	21.194.780,86	27.363.565,00	18.563.852,91	15.591.558,31	17.728.588,02	18.178.783,90	34.963.025,03	25.063.176,42	11.911.997,54	287.621.485,00
Cota-Parte do FPM	10.751.729,43	9.315.300,94	9.830.589,86	12.466.605,08	10.503.363,01	10.764.595,47	13.184.048,94	12.896.537,55	11.659.092,68	13.522.246,04	13.745.437,35	2.332.606,13	140.371.583,90
Cota-Parte do ICMS	2.694.432,19	2.428.986,64	2.194.732,35	2.175.054,87	1.960.894,47	2.212.561,78	1.748.384,24	1.346.278,10	883.958,27	712.956,78	1.931.861,41	114.268,46	128.264.848,00
Cota-Parte do IPVA	3.830,27	11.577,53	1.220,85	2.516,50	1.088,99	1.170,67	5.425,30	64.817,33	10.492,18	6.191,07	4.858,15	979,62	28.794,00
Cota-Parte do ITR	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	173.807,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	6.020.472,21	6.675.114,24	7.522.475,84	7.371.404,69	5.882.789,85	6.465.194,88	5.886.956,61	6.550.120,16	6.419.981,25	8.282.825,89	7.935.410,67	9.515.163,47	79.601.727,00
Transferências do FUNDEB	4.924.751,23	4.251.762,29	4.852.182,07	4.297.986,79	4.189.256,43	7.592.421,54	4.663.372,70	4.837.360,35	4.065.459,12	8.155.781,14	3.646.678,11	5.258.166,76	67.390.075,74
Outras Transferências correntes	1.746.097,03	1.448.976,80	1.382.478,85	1.564.433,63	1.332.502,15	1.300.321,20	1.109.069,68	1.776.060,16	2.501.614,76	4.108.668,40	519.273,61	835.081,74	19.433.578,01
Outras Receitas Correntes	7.623.144,30	7.285.647,35	9.045.300,67	9.113.951,18	8.074.195,63	6.974.250,93	7.113.482,22	8.493.111,31	7.350.556,83	11.045.904,43	9.715.990,40	10.531.387,17	102.371.822,52
DEDUÇÕES (II)	1.564.471,73	877.872,57	2.041.503,25	1.938.603,78	2.303.321,18	661.995,62	1.004.519,96	2.134.490,13	1.182.041,84	3.333.186,62	1.582.787,91	1.125.035,11	14.631.500,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	6.058.672,57	6.408.774,78	7.007.777,42	7.776.347,40	5.770.874,45	6.312.255,31	6.108.962,26	6.358.821,18	6.168.515,09	7.712.717,81	8.153.202,49	9.406.352,06	88.615.206,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	55.821.854,33	60.235.086,82	56.819.907,95	57.922.670,01	66.745.981,12	58.126.227,76	49.775.584,97	52.959.928,02	50.996.802,08	84.827.954,02	63.065.889,50	70.828.722,67	710.497.948,74
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	61.880.526,90	66.643.861,71	63.821.705,37	65.003.017,39	72.815.985,63	84.138.483,06	57.885.547,23	59.318.547,37	57.200.857,21	92.540.711,87	71.198.891,99	79.236.170,73	899.253.154,74

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 27/03/2018 e hora de emissão 11:51:04

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcus Alexandre
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tomislmar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 00164010-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO, 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil				
Ativo	40.242.386,00	40.242.386,00	9.389.080,62	8.093.114,54
Inativo	40.242.386,00	40.242.386,00	9.389.080,62	8.093.114,54
Pensionista	14.978.500,00	14.978.500,00	2.722.711,14	0,00
Pessoal Militar	14.978.500,00	14.978.500,00	2.722.711,14	0,00
Ativo	14.978.500,00	14.978.500,00	2.687.823,02	0,00
Inativo	14.631.500,00	14.631.500,00	33.244,13	0,00
Pessoal Civil	347.000,00	347.000,00	1.643,99	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	188.120,00	188.120,00	22.644,79	0,00
Outras Receitas de Contribuições	20.118.046,00	20.118.046,00	6.643.724,69	8.093.114,54
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.957.720,00	4.957.720,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	4.457.720,00	4.457.720,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Diretos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.869.360,00	24.869.360,00	7.179.003,21	5.911.856,44
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	65.111.746,00	65.111.746,00	16.565.083,83	14.004.770,98
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	38.100.247,00	38.100.247,00	4.715.078,67	3.751.494,49
Despesas de Capital	3.120.000,00	3.120.000,00	242.346,22	211.278,03
PREVIDÊNCIA	2.510.000,00	2.510.000,00	242.346,22	211.278,03
Pessoal Civil	610.000,00	610.000,00	0,00	0,00
Aposentadorias	34.980.247,00	34.980.247,00	4.472.732,45	3.540.216,46
Pensões	34.980.247,00	34.980.247,00	4.472.732,45	3.540.216,46
Outros Benefícios Previdenciários	31.799.597,00	31.799.597,00	4.039.293,48	3.140.713,72
Pessoal Militar	3.100.000,00	3.100.000,00	433.438,97	399.502,74
Pensões	80.650,00	80.650,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/9)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (IV + V)	38.100.247,00	38.100.247,00	5.004.246,54	3.935.476,59	4.715.078,67	3.751.494,49
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	27.011.499,00	27.011.499,00			11.853.005,16	10.253.276,49

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		476.856,97	476.856,97
Plano Financeiro		476.856,97	476.856,97
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			0,00
Recursos para Formação de Reserva			0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00
Plano Previdenciário			0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			27.011.499,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			

VALOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00
	353.943.794,49	295.194.487,24
	0,00	0,00
	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	RECEITAS REALIZADAS	
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada
	24.869.360,00	24.869.360,00
	24.869.360,00	24.869.360,00
	24.869.360,00	24.869.360,00
	24.869.360,00	24.869.360,00

RECEITAS CORRENTES (VIII)	RECEITAS REALIZADAS	
	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita de Contribuições Patronal	7.179.003,21	7.179.003,21
Pessoal Civil	6.205.708,33	6.205.708,33
	6.205.708,33	6.205.708,33

Continua (23)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECEITAS REALIZADAS	
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Até o Bimestre / 2018
Ativo	24.869.360,00	24.869.360,00	6.205.708,33
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX)	24.869.360,00	24.869.360,00	7.179.003,21

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		DESPESAS EMPENHADAS	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Até o Bimestre / 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema WebPúblico, Data de emissão 23/03/2018 e hora de emissão 14:46:48

MARCUS ALEXANDRE
prefeito de Rio Branco

Marcos Caspary Macedo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tomislav José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2017 (a)	Em 31/Dez/2017 (b)	Em 28/Fev/2018 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	222.073.551,68	222.073.551,68	220.560.005,46
DEDUÇÕES (II)	78.375.721,51	78.375.721,51	102.550.981,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	81.840.063,64	81.840.063,64	102.682.524,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-3.464.342,13	-3.464.342,13	-131.542,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	143.697.830,17	143.697.830,17	118.009.023,71
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	18.304.859,32	18.304.859,32	17.888.408,53
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	125.392.970,85	125.392.970,85	100.120.615,18

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-25.272.355,67	-25.272.355,67

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	14.401.374,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2017	Em 31/Dez/2017	Em 28/Fev/2018
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	414.686.539,81	414.686.539,81	414.686.539,81
Passivo Atuarial	414.686.539,81	414.686.539,81	414.686.539,81
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	341.557.830,31	341.557.830,31	353.943.794,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	341.557.830,31	341.557.830,31	353.943.794,49
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	73.128.709,50	73.128.709,50	60.742.745,32
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	73.128.709,50	73.128.709,50	60.742.745,32

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 23/03/2018 e hora de emissão 17:45:38

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marta Luciane Macedo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS

 $(1/2)$

R\$ 1.00

Art. 53, inciso III)

VALOR CORRENTE

VALOR CORRENTE

15,187.655,00

15,187.655,00

[Assinatura]
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Financeiro
Decreto nº 005/2017

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco


Tonismar José de Oliveira
Contador
CRCIAC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

R\$ 1,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	3.464.304,75	3.332.799,33	0,00	131.505,42	0,00	12.969.645,36	7.729.491,37	7.671.440,94	666,61	5.297.537,81
EXECUTIVO	0,00	3.464.304,75	3.332.799,33	0,00	131.505,42	0,00	12.908.705,41	7.696.914,11	7.638.863,68	666,61	5.269.175,12
Gabinete Militar - GABMIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.587,50	23.587,50	23.587,50	0,00	0,00
Secretaria Municipal da Casa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	989.691,54	41.512,39	41.512,39	0,00	948.179,15
Procuradoria Geral do Município - PROJURI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.686,63	62.000,02	62.000,02	666,61	0,00
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas - SEAD	0,00	73.953,74	15.671,98	0,00	58.281,76	0,00	676.854,07	192.729,44	192.729,44	0,00	484.124,63
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças - SEFIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	484.766,52	375.139,65	375.139,65	0,00	109.626,87
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA	0,00	1.906.947,26	1.906.947,26	0,00	0,00	0,00	2.834.167,16	1.133.297,59	1.105.847,16	0,00	1.728.320,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP	0,00	1.305.318,65	1.300.013,87	0,00	5.304,78	0,00	4.233.548,29	3.342.893,19	3.312.893,19	0,00	920.655,10
Secretaria Municipal de Educação - SEME	0,00	19.981,20	19.981,20	0,00	0,00	0,00	2.295.538,11	2.006.125,48	2.005.525,48	0,00	290.012,63
Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta - SAFRA	0,00	25.997,42	0,00	0,00	25.997,42	0,00	624.802,68	35.097,44	35.097,44	0,00	615.702,66
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	416.294,65	416.294,65	416.294,65	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA	0,00	34.963,86	8.937,40	0,00	26.026,46	0,00	41.843,00	0,00	0,00	0,00	67.869,46
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana - SMDGU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.472,00	9.000,00	9.000,00	0,00	68.472,00
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Alternativas	0,00	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	1.940,00	0,00	0,00	0,00	1.940,00
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL	0,00	51.779,50	35.884,50	0,00	15.895,00	0,00	63.035,50	0,00	0,00	0,00	78.930,50
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social - SEMCAS	0,00	27.363,12	27.363,12	0,00	0,00	0,00	74.753,76	51.492,76	51.492,76	0,00	23.261,00
Secretaria Municipal de Articulação Comunitária e Social - SEMACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.744,00	7.744,00	7.744,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.939,95	32.577,26	32.577,26	0,00	28.362,69
Câmara Municipal de Rio Branco - CMRB	0,00	37,38	37,38	0,00	37,38	0,00	691.904,96	691.904,96	691.904,96	0,00	37,38
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	3.464.342,13	3.332.799,33	0,00	131.542,80	0,00	13.661.550,32	8.421.396,33	8.363.345,90	666,61	5.297.537,81
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	3.464.342,13	3.332.799,33	0,00	131.542,80	0,00	13.661.550,32	8.421.396,33	8.363.345,90	666,61	5.297.537,81

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 26/03/2018 e hora de emissão 10:21:06

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcus Alexandre
Secretário Mun. de Desenv.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

R\$ 1,00

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b)/x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS				
1.1- Receita Resultante do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	118.494.676,00	118.494.676,00	20.332.155,85	17,16
1.1.1- IPTU	22.042.873,00	22.042.873,00	2.461.744,77	11,17
1.1.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.801.932,00	15.801.932,00	459.723,84	2,91
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	80.689,00	80.689,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas Juros de Mora Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.076.275,00	4.076.275,00	1.435.933,89	35,23
1.1.5- (-) Deduções da Receita de IPTU	2.083.977,00	2.083.977,00	566.087,04	27,16
1.2- Receita Resultante do imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	4.730.174,00	4.730.174,00	667.237,37	14,11
1.2.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	4.690.852,00	4.690.852,00	666.494,05	14,21
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	31.705,00	31.705,00	310,66	0,98
1.2.4- Multas Juros de Mora Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	5.611,00	5.611,00	314,76	5,61
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	2.006,00	2.006,00	117,90	5,88
1.3- Receita Resultante do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	76.149.735,00	76.149.735,00	13.953.215,52	18,32
1.3.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	71.129.465,00	71.129.465,00	11.272.030,49	15,85
1.3.3- Dívida Ativa de ISS	511.315,00	511.315,00	409.059,51	80,00
1.3.4- Multas Juros de Mora Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa de ISS	2.616.888,00	2.616.888,00	1.438.846,78	54,98
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	1.892.067,00	1.892.067,00	833.278,74	44,04
1.4- Receita Resultante do imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	15.571.894,00	15.571.894,00	3.249.958,19	20,87
1.4.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	15.571.894,00	15.571.894,00	3.249.958,19	20,87
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	443.075.831,00	443.075.831,00	87.797.782,26	19,82
1.5.4- Multas Juros de Mora Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	287.621.483,00	287.621.483,00	57.828.586,50	20,11
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	266.792.011,00	266.792.011,00	57.828.586,50	21,68
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				
2.1- Cota-Parte FPM	9.806.818,00	9.806.818,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF art. 159 I alínea b	11.022.654,00	11.022.654,00	25.657.434,89	20,00
2.1.2- Parcela referente à CF art. 159 I alínea d	128.264.848,00	128.264.848,00	33.052,94	19,02
2.1.3- Parcela referente à CF art. 159 I alínea e	173.807,00	173.807,00	8.402,62	19,87
2.2- ICMS Desoneração - L.C. nº 87/1996	42.286,00	42.286,00	5.837,77	20,27
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	28.794,00	28.794,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR				

Continua (16)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DO ENSINO			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
			Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	26.944.611,00	26.944.611,00	15,83
	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	561.570.507,00	561.570.507,00	19,25
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro			
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS(1 + 2)			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
			Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	5.726.683,00	5.726.683,00	9,68
5.1- Transferências Diretas - PDDE	1.700.002,00	1.700.002,00	7,13
5.2- Transferências Diretas - PNAE	12.000,00	12.000,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNATE	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00
5.4- Transferências do FNDE	220.679,00	220.679,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	294.002,00	294.002,00	70,26
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	5.130.417,00	5.130.417,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.951.179,00	3.951.179,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	1.179.238,00	1.179.238,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	10.857.100,00	10.857.100,00	5,11
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)			

FUNDEB			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
			Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	88.615.206,00	88.615.206,00	19,82
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	57.524.287,00	57.524.287,00	20,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	25.652.969,00	25.652.969,00	20,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	34.761,00	34.761,00	19,02
10.4- Cota-Parte IPT-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	8.458,00	8.458,00	19,87
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de 1.5 + 2.5))	5.759,00	5.759,00	20,27
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	5.388.962,00	5.388.962,00	15,83
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	79.601.727,00	79.601.727,00	21,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	79.601.727,00	79.601.727,00	21,92
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-9.013.479,00	-9.013.479,00	1,20

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12)>0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12)<0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continuação (25)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)	DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		49.150.000,00	49.249.296,75	8.384.880,43	17,03	8.384.880,43	17,03
13.1- Com Educação Infantil		23.950.000,00	23.950.000,00	4.024.254,11	16,80	4.024.254,11	16,80
13.2- Com Ensino Fundamental		25.200.000,00	25.299.296,75	4.360.626,32	17,24	4.360.626,32	17,24
14- OUTRAS DESPESAS		30.451.727,00	30.451.727,00	5.313.705,11	17,45	5.107.305,11	16,77
14.1- Com Educação Infantil		11.610.000,00	11.610.000,00	2.420.207,07	20,85	2.420.207,07	20,85
14.2- Com Ensino Fundamental		18.841.727,00	18.841.727,00	2.893.498,04	15,36	2.687.098,04	14,26
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)		79.601.727,00	79.701.023,75	13.698.585,54	17,19	13.492.185,54	16,93
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB							
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							VALOR
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ $(13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) \times 100) \%$							14.730.585,54
19.2 - Máximo de 40% em Desp. c/ MDE, que não Remuneração do Magistério ¹ $(14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) \times 100) \%$							48,02
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2)) \%$							29,25
							22,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							VALOR
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017							99.296,75
							0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE							
22- EDUCAÇÃO INFANTIL							
22.1- Creche		89.198.815,00	89.085.898,92	13.384.089,85	15,03	11.995.641,52	13,47
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		15.864.246,00	15.864.246,00	2.683.614,92	16,92	2.513.200,88	15,84
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		11.810.000,00	11.810.000,00	2.504.524,66	21,21	2.504.524,66	21,21
22.2- Pré-escola		4.054.246,00	4.054.246,00	179.090,26	4,42	8.676,22	0,21
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		73.334.569,00	73.201.652,92	10.700.474,93	14,62	9.482.440,64	12,95
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		23.750.000,00	23.750.000,00	3.939.936,52	16,59	3.939.936,52	16,59
23- ENSINO FUNDAMENTAL							
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		49.594.569,00	49.451.652,92	6.760.538,41	13,67	5.542.504,12	11,21
23.1.1- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		48.807.177,75	48.807.177,75	7.580.178,16	15,53	7.212.595,86	14,78
23.2- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		44.041.727,00	44.141.023,75	7.254.124,36	16,43	7.047.724,36	15,97
23.2.1- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		4.666.154,00	4.666.154,00	326.053,80	6,99	164.861,50	3,53
24- ENSINO MÉDIO							0,00
25- ENSINO SUPERIOR							0,00

Continua (36)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Continuação RS 1,00
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	

26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		144.018,00	144.018,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- OUTRAS								
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)		138.050.714,00	138.017.084,67	20.964.268,01	15,19	19.208.227,38	13,92	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL								
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12)								-107.980,41
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO								0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB ATÉ O BIM. (50h)								9.948,95
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ANTERIOR DO EXERCÍCIO								0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS								0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS								0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO								0,00
36- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)								-98.031,46
37- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO								19.306.258,84
38- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PI FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35)								17,85
39- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23)+(36)								
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((37)/(31) x 100) %								

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	

39- DESP. CUSTEADAS APLICAÇÃO FINANC. DE OUTROS REC. IMPOSTO VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.100.000,00	2.100.000,00	273.039,82	13,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.560.573,00	8.563.385,75	559.865,92	6,54	436.332,17	5,10	
43- TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS RECEITAS ADIC. PARA FINANC. DO ENSINO (39+40+41+42)	10.660.574,00	10.663.386,75	832.905,74	7,81	436.332,17	4,09	
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	148.711.288,00	148.680.481,42	21.797.174,55	14,66	19.644.559,55	13,21	
CANCELADOS EM 2018 (i)							
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							0,00
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							0,00
45.2- Executadas com Recursos do FUNDEB							0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA				SALÁRIO EDUCAÇÃO	
FUNDEB	FUNDOS	FUNDEB	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO	SALÁRIO EDUCAÇÃO

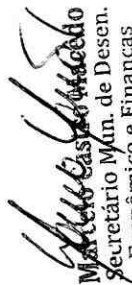
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		99.314,37		6.091,05	
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		17.461.523,09		121.285,29	
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		13.482.203,16		0,00	
48.1- Pagamentos do Exercício		13.482.203,16		0,00	
48.2- Restos a Pagar		0,00		0,00	
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00		206.687,90	
50- (-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		4.068.634,30		334.064,24	



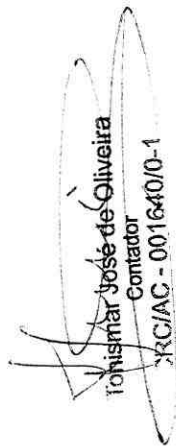
Continua (46)

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC				Continuação R\$ 1,00
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2018 BIMESTRE JANEIRO- FEVEREIRO				
RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
51- (+) Ajustes		771.275,58	0,00	0,00
51.1 Retenções		0,00	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária		771.275,58		
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		4.839.909,88		334.064,24

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 27/03/2018 e hora de emissão 08:09:22
 *Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
 *Art. 21, §2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
 *Caput do art. 212 da CF/1988
 *Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
 *Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
 *Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
 *Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.


 Marcia Caspary Maciel
 Secretário Mun. de Desen.
 Econômico e Finanças
 Decreto nº 005/2017


 MARCUS ALEXANDRE
 Prefeito de Rio Branco


 Tonismar José de Oliveira
 Contador
 RC/AC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

R\$ 1.00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	118.494.676,00	118.494.676,00	20.332.155,85	17,16
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	22.042.873,00	22.042.873,00	2.461.744,77	11,17
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.730.174,00	4.730.174,00	667.237,37	14,11
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	76.149.735,00	76.149.735,00	13.953.215,52	18,33
Imposto Territorial Rural - ITR	15.571.894,00	15.571.894,00	3.249.958,19	20,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Divida FPM	422.246.359,00	422.246.359,00	87.797.782,26	20,80
Divida FPM	266.792.011,00	266.792.011,00	57.828.586,50	21,70
Divida FPM	28.794,00	28.794,00	5.837,77	20,28
Divida FPM	26.944.611,00	26.944.611,00	4.264.467,54	15,83
Divida FPM	128.264.848,00	128.264.848,00	25.657.434,89	20,01
Divida FPM	42.288,00	42.288,00	8.402,62	19,87
Divida FPM	173.807,00	173.807,00	33.052,94	19,02
Divida FPM	173.807,00	173.807,00	33.052,94	19,02
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	540.741.035,00	540.741.035,00	108.129.938,11	20,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				
Provenientes da União	33.692.277,00	33.692.277,00	4.883.193,24	14,50
Provenientes dos Estados	33.058.294,00	33.058.294,00	4.883.193,24	14,78
Proveniente dos Outros Municípios	633.983,00	633.983,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADO À SAÚDE	1,00	1,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.800.000,00	1.800.000,00	93.903,09	5,22
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	35.492.278,00	35.492.278,00	4.977.086,33	14,03

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	119.852.646,00	120.411.666,00	24.017.221,32	19,95	16.233.186,46	13,48
Juros e Encargos da Divida	79.433.704,00	79.676.467,24	11.820.009,95	14,84	11.788.854,21	14,80
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/3)



Continuação
R\$ 1,00

RRERO - Anexo 12 (ADCT, art. 7º)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
Outras Despesas Correntes	40.418.942,00	40.735.198,76	12.197.211,36	29,94	4.444.332,25	10,91	
DESPESAS DE CAPITAL	3.446.871,00	3.387.851,00	1.031.630,33	30,45	254.100,40	7,50	
Investimentos	3.446.871,00	3.387.851,00	1.031.630,33	30,45	254.100,40	7,50	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	123.299.517,00	123.799.517,00	25.048.851,65	20,23	16.487.286,86	13,32	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVf) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	35.492.277,00	35.492.277,00	8.197.577,83	32,73	4.795.614,73	29,09	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	35.492.277,00	35.492.277,00	8.197.577,83	32,73	4.795.614,73	29,09	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2,00	500.002,00	440.084,65	1,76	55.514,90	0,34	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESP. CUST. C/ REC. VINC. À PARC. DO PERC. MÍN. Q NÃO FOI APLIC. EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXERC. ANT³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	35.492.279,00	35.992.279,00	8.637.662,48	34,48	4.851.129,63	29,42	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	87.807.238,00	87.807.238,00	16.411.189,17	65,52	11.636.157,23	70,58	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = (VI) x 100						10,76	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%⁴⁵							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL VII - (15 x IIIB)/100¹⁶							
-4.583.333,49							
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	INSCRITOS	CANCELADOS / PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR			
Inscritos em 2016	2.666.180,62	0,00	945.423,35	1.720.757,27		683.964,13	
Inscritos em 2015	4.729.352,85	728.571,91	4.001.378,18	0,00		3.738.899,24	
Inscritos em 2014	4.096.403,60	630.480,57	3.465.923,03	0,00		1.900.971,36	
Inscritos em 2013	4.698.871,51	783.980,63	3.914.890,88	0,00		2.978.368,02	
Inscritos em 2012	16.190.808,58	2.143.033,11	12.327.615,44	1.720.757,27		9.302.202,75	
Total	16.190.808,58	2.143.033,11	12.327.615,44	1.720.757,27		9.302.202,75	
							Continua (2/3)

Continua (23)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS DE RENDAS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	173.791,31	173.791,31
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	295.160,86	295.160,86
Total (VII)	468.952,17	468.952,17

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100
Atenção Básica	103.548.487,00	104.526.107,52	21.830.860,70	87,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.216.321,00	3.216.321,00	1.031.059,60	4,12
Suporte Profilático e Terapêutico	8.089.708,00	7.771.107,48	853.403,00	3,41
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	8.385.001,00	8.225.981,00	1.333.528,35	5,32
Alimentação e Nutrição	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	123.299.517,00	123.799.517,00	25.048.851,65	100,00

Fonte: Sistema WebPublico. Data de emissão 27/03/2018 e hora de emissão 08:11:39

* Essa linha representará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

* O valor representado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".

* O valor representado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".

* Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

* Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

* No último bimestre, será utilizada a fórmula $(l/(h+l)) \cdot (15x11b)/100$

* Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcus Alexandre
Secretário Myn. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Marcelo José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/O-1



ESPECIFICAÇÃO		DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	No Bimestre	2025	2026	2027 Do
TOTAL DE ATIVOS						
Direitos Futuros						
Ativos Contabilizados na SPE						
Contrapartida para Provisões de PPP						
TOTAL DE PASSIVOS (I)						
Obrigações Não Relacionadas a Serviços						
Contrapartida para Ativos da SPE						
Provisões de PPP						
GARANTIAS DE PPP (II)						
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)						
PASSIVOS CONTINGENTES						
Contraprestações Futuras						
Riscos Não Provisionados						
Outros Passivos Contingentes						
ATIVOS CONTINGENTES						
Serviços Futuros						
Outros Ativos Contingentes						
DESPESAS DE PPP						
Ente Federado						
Das Estadais Não-Dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)		709.264.779,41	728.028.407,36	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)		0,00	0,00	0,00	0,00	0

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 27/03/2018 e hora de emissão 11:59:09

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcus Alexandre
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonisimar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/O-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RS 1,00

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Até o Bimestre

RECEITAS		
Previsão Inicial	804.316.808,00	
Previsão Atualizada	804.381.302,74	
Receitas Realizadas	147.618.677,49	
Déficit Orçamentário	0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados p/ Créditos Adicionais)	4.206.588,11	
DESPESAS		
Dotação Inicial	804.316.808,00	
Créditos Adicionais	4.271.082,85	
Dotação Atualizada	808.587.890,85	
Despesas Empenhadas	177.467.544,68	
Despesas Liquidadas	104.317.541,40	
Despesas Pagas	102.239.728,62	
Superávit Orçamentário	43.301.135,09	

Até o Bimestre

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		
	177.467.544,68	
	104.317.541,40	

Até o Bimestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
	728.028.407,36	

Até o Bimestre

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		
	0,00	
	0,00	
	0,00	
	16.568.083,83	
	4.715.078,67	
	11.853.005,16	

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO

Metas Fixadas do Anexo de Metas Fiscais a LDO (a)	Resultado Apurado Até o bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
14.401.374,00	-25.272.355,67	-175,49
15.187.655,00	38.973.048,05	256,61

Resultado Nominal		
Resultado Primário		

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO

Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
3.464.342,13	0,00	3.332.799,33	131.542,80
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Poder Executivo
Poder Legislativo
Poder Judiciário

Continua (12)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Continuação
R\$ 1,00

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				bimestre		0,00		0,00		0,00	
Ministério Público				0,00		0,00		0,00		0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				13.600.610,37		666,61		8.330.769,64		5.269.175,12	
Poder Executivo				60.939,95		0,00		32.577,26		28.362,69	
Poder Legislativo				0,00		0,00		0,00		0,00	
Poder Judiciário				0,00		0,00		0,00		0,00	
Ministério Público				17.125.892,45		666,61		11.696.145,23		5.429.080,61	
TOTAL				17.125.892,45		666,61		11.696.145,23		5.429.080,61	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE										Limites Constitucionais Anuais	
				Valor apurado até o bimestre		% Mínimo a Aplicar no Exercício		% Aplicado até o bimestre			
				19.306.258,84		25,00		17,85		17,85	
				8.384.890,43		60,00		48,02		48,02	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS CAPITAL										Saldo Não Realizado	
				Valor apurado até o bimestre		128.126,14		34.794.474,86			
				12.179.106,35		12.179.106,35		87.098.224,19			
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA										35º Exercício	
				Exercício		10º Exercício		20º Exercício			
Regime Geral de Previdência Social				0,00		0,00		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias (I)				0,00		0,00		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias (II)				0,00		0,00		0,00		0,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)				0,00		0,00		0,00		0,00	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				0,00		0,00		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00		0,00		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias (V)				0,00		0,00		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				0,00		0,00		0,00		0,00	
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS										Saldo a Realizar	
				Valor apurado até o bimestre		0,00		0,00		0,00	
				0,00		0,00		0,00		0,00	
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS										Limites Constitucionais Anuais	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				Valor apurado até o bimestre		% Mínimo a Aplicar no Exercício		% Aplicado até o bimestre			
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				11.636.157,23		15,00		10,76		10,76	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA SAÚDE										Valor Apurado no Exercício Corrente	
				Valor apurado até o bimestre		15,00		0,00		0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP										Valor Apurado no Exercício Corrente	
				Valor apurado até o bimestre		15,00		0,00		0,00	



PARECER N. 192/2018

ASSUNTO: Parecer sobre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 1º Bimestre de 2018.

INTERESSADA: Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

**RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 1º
BIMESTRE DE 2018.
COMPATIBILIDADE COM A
CONSTITUIÇÃO E COM A LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL.
APROVAÇÃO.**

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 1º Bimestre de 2018 (fls. 04/28), encaminhado através do Ofício nº 80/GAPRE/2018, pelo chefe do executivo municipal.

Tais documentos, devidamente publicados no Diário Eletrônico de Contas (do dia 28/03/2018), foram remetidos a esta Casa Legislativa em atendimento ao disposto nos arts. 52 a 53 da Lei Complementar nº 101/00 e no art. 1º da Resolução TCE nº 61/2007, alterada pela Resolução nº 89/2014.

É o necessário a relatar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO** é um demonstrativo exigido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A obrigação de elaborar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO decorre da imposição do art. 165, § 3º, da Constituição Federal, ao determinar que o Poder Executivo publique, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Com efeito, até a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) poucos eram os municípios que cumpriam essa determinação constitucional. Aqueles que elaboravam o relatório o faziam de forma deficitária, ou seja, com informações superficiais e difíceis de serem interpretadas.

A partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, todos os entes deveriam elaborar e divulgar o RREO, haja vista ser essa, também, uma exigência constante dos Tribunais de Contas.

É sabido que um dos princípios basilares da Administração pública é o da transparência, a qual ganhou amplitude com o advento da denominada Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), vigente a partir de maio de 2012.

Assim, o primordial objetivo da elaboração bimestral e publicação do RREO é permitir que a sociedade organizada, de forma direta ou através dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária dos governos federal, estadual, distrital e municipal.

Demonstrar o desempenho da execução orçamentária é evidenciar a arrecadação de receitas, a execução das despesas nas diversas áreas, em especial, nas de saúde, educação, previdência e ainda a receita corrente líquida do ente público e os respectivos resultados nominal e primário.

Em síntese, a essência do Relatório Resumido da Execução Orçamentária é ser um dos instrumentos de transparência e responsabilidade da gestão fiscal, finalidade que encontra guarida nos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Nessa seara, o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais se dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF); e as versões simplificadas desses documentos.

Sobre os documentos que integram o RREO, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe da seguinte forma:





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Procuradoria Geral da Câmara Municipal



Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

2



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Procuradoria Geral da Câmara Municipal



II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Conforme já assinalado, por força do art. 165, § 3º, da Carta Magna, a elaboração do RREO será bimestral e a sua publicação deverá ocorrer em até 30 dias após o término do bimestre. Isso significa dizer que os prazos para elaboração não são de livre escolha dos entes, estando previamente estabelecidos pela LRF.

A data da publicação, desde que respeitado o prazo de até 30 dias após o término do bimestre, fica a critério de cada ente.

No caso vertente, o Prefeito atendeu ao previsto em lei, pois efetivou a publicação do RREO do 1º bimestre dentro do prazo de 30 dias exigido pela legislação, consoante se vê no Ofício nº 80/GAPRE/2018 (fls. 02/03).

Outrossim, a versão simplificada do RREO, exigência do art. 48 da LRF, foi encaminhada a esta Casa Legislativa através do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (fls. 27/28).

No tocante à composição do RREO, entendemos que os documentos anexados, referentes ao 2º Bimestre de 2018, estão de acordo com o estabelecido nos arts. 52 e 53 da LRF, uma vez que integram o relatório orçamentário os seguintes documentos: Balanço Orçamentário (fls. 04/06); Demonstrativos da Execução das Despesas por Função/Subfunção (fls. 07/09); Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 10); Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (fls. 11/13); Demonstrativo do Resultado Nominal (fl. 14); Demonstrativo do Resultado Primário – Estados, Distrito Federal e Municípios (fls. 15/16); e Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (fl. 17).

Afora o previsto pela LRF, constam no RREO documentos exigidos por outros diplomas, são eles: Demonstrativo das Receitas e Despesas com

9



Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (LDB, art. 72, fls. 18/22); Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ADCT, art. 77 e Lei Complementar 141/2012, art. 16, § 3º, fls. 23/25); e Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004, arts. 22, 25 e 28, fl. 26).

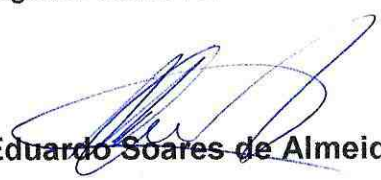
Diante dessa análise, é possível afirmar que o Executivo cumpriu com suas responsabilidades no âmbito da transparência fiscal.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria entende que inexistente óbice jurídico para a aprovação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 1º Bimestre de 2018, ao tempo que sugere a disponibilização a todos os vereadores que queiram analisá-los.

É o parecer.

Rio Branco-Acre, 07 de agosto de 2018.



Mauro Eduardo Soares de Almeida

Procurador-Geral



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissões Técnicas

PARECER Nº 11/2018



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, sobre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 1º Bimestre de 2018.

Autoria: Executivo Municipal

Relator: Vereador Rodrigo Forneck

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 1º Bimestre de 2018 (fls. 04/28), encaminhado através do Ofício nº 80/GAPRE/2018, pelo chefe do executivo municipal.

Tais documentos, devidamente publicados no Diário Eletrônico de Contas (do dia 28/03/2018), foram remetidos a esta Casa Legislativa em atendimento ao disposto nos arts. 52 a 53 da Lei Complementar nº 101/00 e no art. 1º da Resolução TCE nº 61/2007, alterada pela Resolução nº 89/2014.

É o necessário a relatar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é um demonstrativo exigido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A obrigação de elaborar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO decorre da imposição do art. 165, § 3º, da Constituição Federal, ao determinar que o Poder Executivo publique, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Com efeito, até a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) poucos eram os municípios que cumpriam essa determinação constitucional. Aqueles que elaboravam o relatório o faziam de forma deficitária, ou seja, com informações superficiais e difíceis de serem interpretadas.

A partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, todos os entes deveriam elaborar e divulgar o RREO, haja vista ser essa, também, uma exigência constante dos Tribunais de Contas.

É sabido que um dos princípios basilares da Administração pública é o da transparência, a qual ganhou amplitude com o advento da denominada Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), vigente a partir de maio de 2012.

Assim, o primordial objetivo da elaboração bimestral e publicação do RREO é permitir que a sociedade organizada, de forma direta ou através dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária dos governos federal, estadual, distrital e municipal.

Demonstrar o desempenho da execução orçamentária é evidenciar a arrecadação de receitas, a execução das despesas nas diversas áreas, em



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissões Técnicas



especial, nas de saúde, educação, previdência e ainda a receita corrente líquida do ente público e os respectivos resultados nominal e primário.

Em síntese, a essência do Relatório Resumido da Execução Orçamentária é ser um dos instrumentos de transparência e responsabilidade da gestão fiscal, finalidade que encontra guarida nos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Nessa seara, o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais se dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF); e as versões simplificadas desses documentos.

Sobre os documentos que integram o RREO, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe da seguinte forma:

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissões Técnicas



§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Conforme já assinalado, por força do art. 165, § 3º, da Carta Magna, a elaboração do RREO será bimestral e a sua publicação deverá ocorrer em até 30 dias após o término do bimestre. Isso significa dizer que os prazos para elaboração não são de livre escolha dos entes, estando previamente estabelecidos pela LRF.

A data da publicação, desde que respeitado o prazo de até 30 dias após o término do bimestre, fica a critério de cada ente.

No caso vertente, o Prefeito atendeu ao previsto em lei, pois efetivou a publicação do RREO do 1º bimestre dentro do prazo de 30 dias exigido pela legislação, consoante se vê no Ofício nº 80/GAPRE/2018 (fls. 02/03).

Outrossim, a versão simplificada do RREO, exigência do art. 48 da LRF, foi encaminhada a esta Casa Legislativa através do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (fls. 27/28).

No tocante à composição do RREO, entendemos que os documentos anexados, referentes ao 2º Bimestre de 2018, estão de acordo com o estabelecido nos arts. 52 e 53 da LRF, uma vez que integram o relatório orçamentário os seguintes documentos: Balanço Orçamentário (fls. 04/06); Demonstrativos da Execução das Despesas por Função/Subfunção (fls. 07/09); Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 10); Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (fls. 11/13); Demonstrativo do Resultado Nominal (fl. 14); Demonstrativo do Resultado Primário – Estados, Distrito Federal e Municípios (fls. 15/16); e Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (fl. 17).

Afora o previsto pela LRF, constam no RREO documentos exigidos por outros diplomas, são eles: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (LDB, art. 72, fls. 18/22); Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ADCT, art. 77 e Lei Complementar 141/2012, art. 16, § 3º, fls. 23/25); e Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004, arts. 22, 25 e 28, fl. 26).

Diante dessa análise, é possível afirmar que o Executivo cumpriu com suas responsabilidades no âmbito da transparência fiscal.

III – VOTO

Ante o exposto, esta relatoria vota pela aprovação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 1º Bimestre de 2018.


Vereador Rodrigo Forneck
Relator

Os Membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, em reunião nesta data, decidem pela seguinte forma de votação do RREO 1º Bimestre de 2018:

	VOTAÇÃO
Presidente: Vereador Rodrigo Forneck	DE ACORDO
Vice-Presidente: Vereador Railson Correia	
Membro Titular: Vereador Mamed Dankar	De ACORDO
Membro Titular: Vereador Emerson Jarude	De acordo
Membro Titular: Vereador Célio Gadelha	de acordo
Membro Suplente: Vereador Raimundo Neném	
Membro Suplente: Vereadora Lene Petecão	

Comissões Técnicas, em 13 de agosto de 2018.

CITAÇÃO DO ARTIGO 66 DO REGIMENTO INTERNO:

Art. 66 – As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer.

§ 1º - Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação **em contrário**, assinando-o o relator como vencido.

§ 2º - O membro da Comissão que concordar com o relator, aporá ao pé do pronunciamento daquele a expressão **"pelas conclusões"** seguida de sua assinatura.

§ 3º - A aquiescência às conclusões do relator poderá ser parcial, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro da Comissão que a manifestar usará a expressão **"de acordo, com restrições"**.

§ 4º - O parecer da Comissão poderá sugerir substitutivo à proposição ou emendas à mesma.

§ 5º - O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu autor ao Presidente da Comissão e este defira o requerimento.